

O EPISCOPADO A PARTIR DO NOVO TESTAMENTO

Revmo. Bispo Dom Sebastião Gameleira Soares

“... para apascentar a Igreja de Deus” (At 20.28)

Presbítero e Epíscopo

Nos evangelhos, vemos que o primeiro ministério, designado pelo próprio Jesus, foi o dos Doze, para anunciar a Boa-nova do Reino, curar enfermidades e livrar as pessoas de forças estranhas que as possuem e alienam. Em torno de Jesus, os Doze já indicam o rumo do projeto do Reino: reunir e restaurar o povo de Deus conforme o ideal comunitário das doze tribos de Israel.

Após a morte e ressurreição de Jesus, e no contexto do conflito com o Judaísmo, contam-nos os Atos dos Apóstolos, surge o ministério dos Sete, na comunidade de judeus nascidos fora da Palestina (os chamados helenistas), que já sinaliza na direção dos povos estrangeiros. Os Doze se dispersam e a Igreja se alarga a Samaria e aos gentios: os Doze passam a integrar, então, um grupo bem mais amplo que é o de missionários fundadores de comunidades, os “Apóstolos”, ou enviados, como Paulo, Barnabé, Timóteo, etc.

Com a fundação de comunidades locais, os Apóstolos parecem liderar determinadas áreas de missão, como se vê com Pedro, Paulo e João, enquanto no interior das comunidades, a vida da igreja, com a sua multiplicidade de dons e ministérios (Cf 1 Cor 12 e 14), parece organizar-se em torno do colégio dos presbíteros ou anciãos (Tt 1,5). Ao lado desses aparecem os diáconos e as diáconas (Rm 16,1; 1Tm 3.11).

A figura do epíscopo menciona-se em Fl 1,1 associada aos diáconos. Em At 20, 17ss e em 1Tm 3 e Tt 1,5ss, “*epíscopo*” parece sinônimo de presbítero, com ênfase na tarefa de supervisão: episcopado é, antes de tudo, ofício de pastor, de cuidado do rebanho. É ser “ecônomo ou mordomo das coisas de Deus” (Tt 1,7), é ser “guardião do rebanho para apascentar a Igreja de Deus”(At 20,28), é assumir o jeito de Cristo, “pastor e bispo de nossas vidas”(1Pd 2,25).

Assim, parece que, num primeiro momento, “episcopado”, isto é supervisão, era a tarefa precípua que cabia ao colégio dos presbíteros. Não simplesmente “supervisão” no sentido administrativo ou organizacional, mas tornar presente na comunidade a inspeção ou visita de Deus, tema básico na Bíblia, sobretudo no profetismo. “*Episcopé*” é a visita de Deus a seu povo para salvá-lo, mantê-lo e restaurá-lo, como

pastor e guia, mas também para julgá-lo e corrigi-lo como mestre e juiz.

No início do século II, ainda com a geração de discípulos de Apóstolos, (como Inácio de Antioquia e Policarpo de Esmirna), já existe uma figura pessoal que preside à Igreja e que se chama de "episcopo" (bispo). Ou seja, o episcopado como ministério entregue a uma pessoa singular surge da evolução do ministério eclesial já durante a geração apostólica, aquela geração sobre a qual estão os fundamentos da Igreja cristã. A partir de então, o ministério-guia da igreja se tipifica na tríplice figura de bispo, presbítero e diácono. Inácio de Antioquia vai relacionar o bispo com a paternidade de Deus, os presbíteros com o colégio dos Apóstolos, os diáconos com o serviço e a entrega total de Cristo.

Tudo indica que essa evolução – do colégio dos presbíteros, que exerce coletivamente a supervisão (*episcopé*) sobre a comunidade, à figura pessoal do episcopo – se deve a alguns fatores decisivos para a igreja naqueles primeiros momentos:

a) a morte dos Apóstolos que, em sua pessoa de fundadores, garantiam a liderança carismática e a unidade de determinadas áreas missionárias;

b) as dificuldades de coesão provocadas pelas discórdias e as dissensões doutrinárias, as heresias, de que falam as epístolas tardias do Novo Testamento;

as necessidades decorrentes da organização interna e da articulação local e entre as comunidades;

c) as dificuldades provocadas pela hostilidade e perseguição externa

Não é por acaso que a afirmação do ministério episcopal como ministério pessoal está intimamente relacionada com a consolidação básica do cânon das Escrituras como critério de referência para a fé e a identidade eclesial. Tratava-se de um único processo mediante o qual se respondia à necessidade de constituir um pólo de identidade e de coesão das comunidades. Estabelecem-se, assim, a uma, a regra de fé (as Escrituras) e os guardiães da fé (os bispos). É muito claro nesse sentido o testemunho de Irineu de Lyon.

Ministério da Unidade

As razões acima apresentadas levam a concluir o seguinte:

a) a Igreja necessitou logo cedo do ministério episcopal para garantir a continuidade de uma tarefa apostólica fundamental: a unidade, a coesão, o sentimento de identidade, sob o duplo aspecto da organização interna e da articulação e comunhão entre as comunidades. E essa unidade não tem a ver apenas com a ordem na Igreja, mas

também com a fé, isto é, com a transmissão da palavra de Jesus e da tradição apostólica;

b) o episcopado, então, tem a ver, antes de tudo com a unidade da Igreja. Como dizia Cipriano de Cartago: "O bispo é um que surge de muitos para que, a partir da pluralidade, se constitua a unidade" (*Quasi unus ex pluribus ut sit unum in pluribus*);

E a unidade da Igreja se dá como integração dos diversos e variados dons e ministérios num único corpo. Por isso, o bispo é quem se encarrega de presidir a Igreja.

Ele não é a cabeça do Corpo, pois a cabeça é o próprio Cristo vivo, ressuscitado, permanentemente presente. Ele é antes, sacramento, isto é, presença simbólica que, no meio da comunidade – o bispo não está acima da Igreja, mas no meio dela como eixo de roda – indica a presença de Cristo que a rege e guia como Pastor supremo, distribuindo, pelo Espírito, os seus dons e provocando todas as pessoas ao serviço. Mais que o ato ritual de ordenação, o episcopado é evento de natureza sacramental enquanto a pessoa do bispo sinaliza na Igreja a presidência de Jesus Cristo, é símbolo, isto é, sinal de reconhecimento que nos liga e refere à presença viva de Cristo Mestre e Guia. O bispo não se identifica com a presidência de Cristo, não é seu vigário ou substituto. Seria perigosa usurpação, pois Cristo é vivo, presente e operante, e a igreja é, antes de tudo, evento espiritual, místico, acontecer do Espírito que atualiza continuamente a memória e os gestos de Jesus. Seu ministério central de presidência não é para afirmar-se como centro, mas para ajudar a igreja a discernir e a perceber em seu centro e no centro do mundo a presença viva de Jesus que nos inspira pelo Espírito, nos reúne em torno do Pai e nos transforma em filhos e filhas à semelhança do Filho.

Ministério da Palavra

Para que a Igreja consiga relacionar todo o conjunto de seus variados dons com a experiência de Cristo, está no centro de sua vivência o ministério da Palavra.

Com efeito, os dons que enriquecem o Corpo não são dons exclusivos da Igreja. Esta é povo de Deus, mas de Deus são todos os povos. Ele é o Criador, o Redentor e o Santificador de toda a humanidade. Os profetas já diziam a Israel: "Vós valeis para mim tanto como (os mais distantes) etíopes" (Am 9,7). E os pais da Igreja gostavam de afirmar que "a Igreja começa com Adão", isto é, com a criação da humanidade. Ele ama e chama cada pessoa humana, para além de condição social e de cultura, para além de fronteiras sociais e institucionais da Igreja. É que chama todas as pessoas através da interpelação existencial do amor, como vemos em Mt 25 e na 1ª Epístola

de João. E para isso as pessoas são misteriosamente capacitadas pelo Espírito Santo que “enche o orbe da terra” (Sb 1).

Quando olhamos o catálogo dos dons apresentado pelo Apóstolo Paulo, verificamos que se trata, de um lado, de capacidades concedidas e destinadas a possibilitar a convivência humana e a contínua restauração de sua integridade e de seus laços. E, de outro lado, de capacidades em vista de expressar o louvor e a gratidão a Deus. Os dons, assim, capacitam os seres humanos, em variados contextos culturais e religiosos para a adoração e para a convivência (comunhão).

E qual é, então, o dom específico da igreja cristã? É o dom da Palavra. A Reforma trouxe à Igreja contribuição inestimável quando recordou que o ministério da Palavra – o “*Verbum Dei*”- tem de estar no centro da vida da Igreja. Pois sem a Palavra o próprio sacramento não passaria de gesto meramente humano. A Palavra é a capacidade da fé de referir todos os dons à experiência de Cristo, e o ministério de proclamar que todo Dom que venha edificar e construir a humanidade no amor é expressão de nossa filiação divina, pois um de nós, Jesus de Nazaré, é o próprio Filho de Deus entre nós. Por isso, à frente de todos os carismas e ministérios vem o ministério de apóstolo, de profeta e de mestre, ou seja, o ministério da Palavra (1 Cor 12,28). Se o amor é a seiva que tudo irriga (1 Cor 13), a Palavra é a seta que a tudo indica à direção, a toda a experiência humana apontando a cruz de Cristo como o novo fundamento de qualquer existência autêntica.

Por isso, se o ministério do bispo está no centro da igreja como serviço à construção da unidade, ele é, antes de tudo, ministério da Palavra: da proclamação do Evangelho como boa-nova de restauração da vida, da indicação profética de rumos a seguir, de exortação e instrução para manter-se a Igreja na fidelidade à Tradição apostólica.

Ministério de Comunhão

Mas como uma Igreja particular pode ter garantia de que permanece fiel à “doutrina dos Apóstolos”? O critério decisivo de apostolicidade de uma Igreja particular é a comunhão, que é um dos aspectos da catolicidade. Uma Igreja é apostólica na medida em que está em comunhão com as outras Igrejas e mantém com elas diálogo permanente. Na antigüidade se dizia que é herança apostólica e nervo da fé da igreja “aquilo que se tem mantido sempre, por *todos*, em toda parte”. E desde o começo foi tarefa dos bispos, não impor à Igreja seus projetos pessoais – por melhores que sejam – nem seus próprios estilos ou gostos, sua própria ideologia teológica ou política, seus pendores devocionais” antes, desde o começo tem sido tarefa dos bispos articular sua comunidade com as outras comunidades pelo mundo afora para possibilitar o confronto e o diálogo e, assim, a Igreja local ter a garantia

de permanecer na fé comum. A comunhão é condição para a Igreja particular permanecer:

- a) na unidade do Corpo de Cristo;
- b) na santidade que equivale a fidelidade à prática de Jesus;
- c) na catolicidade que testemunha a vontade salvífica universal de Deus;
- d) na apostolicidade que é fidelidade à Tradição que funda a Igreja sobre o fundamento dos apóstolos

Por isso, logo cedo, já nos Atos dos Apóstolos, se iniciou a saudável prática de sínodos e de concílios, espaço de encontro, de confronto e de diálogo, espaço de comunhão entre as Igrejas. E esse é, particularmente, embora não exclusivamente, o espaço dos bispos. Nada mais distante do carisma episcopal que edificar Igreja apartada e isolada do conjunto das Igrejas, refletindo apenas o contexto local ou, o que seria pior, os traços do rosto de seus pastores.

Vemos, assim, que a tarefa do bispo é, antes de tudo:

- a) ministério da unidade;
- b) ministério da comunhão;
- c) ministério da Palavra.

O Bispo, representante e guia da Igreja

Se o ministério do bispo tem essa tríplice dimensão, a pessoa que a igreja escolhe para isso tem de estar dotada de carismas que a tornem apta ao seu exercício. Sim, porque a condição ideal na Igreja é que dom e cargo sejam as duas faces de uma mesma medalha. Não se trata de institucionalizar funções de poder correspondentes a uma escala hierárquica. O Novo Testamento, de propósito, evita toda a terminologia de hierarquia e de poder do mundo para designar os cargos na Igreja. Fala é de ministério, diaconia, serviço. Na verdade, o único poder é o poder de Deus em Cristo, e que se confere a toda pessoa crente mediante a fé e o batismo, unção do Espírito Santo. Só Cristo é "hierarca", isto é, princípio ou poder sagrado. E de sua autoridade - *exousia*, de acordo com o vocabulário paulino - participa toda a comunidade, tornada em Cristo, sacerdote, profeta e guia (rei-pastor).

A Igreja nunca pode ser monarquia (poder de um só) nem aristocracia (poder de alguns privilegiados). É cristocracia e pneumatocracia, poder de Cristo e poder do Espírito. E é esse poder que constitui um povo novo, liberto, ungido, capacitado para testemunhar no mundo o poder de Deus (1Pd 2,9). A autoridade de Cristo está em seu Corpo, em todos os seus membros, até nos menores, aquelas pessoas que o mundo costuma desprezar. Por isso, as relações na igreja têm de caracterizar-se pela comunhão e pela participação, o que a Comunhão

Anglicana chama de "autoridade dispersa". Ninguém tem nenhum poder que a Igreja toda não tenha. Nenhum cargo implica em poder exclusivo de ninguém. Há capacidades diferentes, mas todas as pessoas estão dotadas de dons que não são senão expressões concretas e particulares da mesma autoridade indivisível de Cristo. E os dons são entregues gratuitamente para que continuem a ser entregues gratuitamente. O dom está destinado a tornar-se ministério. Há ministérios, serviços diversos; mas todos são expressões específicas e concretas da única diaconia de Jesus: nele o poder de Deus opera a serviço da restauração plena da vida humana. Há responsabilidades diferentes, mas todos os membros do Corpo são igualmente responsáveis, pois a responsabilidade se mede qualitativamente pela resposta decisiva de cada pessoa ao chamado absoluto de Deus.

Por isso fala-se do ministério na Igreja como sacramento. Ou seja, qualquer ministério é símbolo, expressão concreta, sinal de reconhecimento de um Dom de que a Igreja toda está dotada e de uma tarefa a que a Igreja toda está chamada. Ministro(a) é alguém que exerce sua tarefa como representante de todo o Corpo de Cristo, e, ao mesmo tempo, está posto(a) na Igreja dom, carisma, graça para alertar e chamar a igreja toda ao exercício de sua tarefa ministerial. Qualquer ministério particular tem sempre em vista "amadurecer os santos para o exercício do ministério"(Ef 4,12).

Assim, o bispo não é alguém que tem poder sobre a Igreja. Mas é alguém cuja escolha é reconhecimento de suas capacidades e de seus dons para representar a Igreja em permanente diaconia e, assim, guiá-la em nome de Cristo, despertando-a a exercer permanentemente a diaconia de Cristo no mundo. O bispo é eixo da mesma roda, "um dentre muitos para que haja realmente uma só coisa a partir de muitos". Assim, se garante a universalidade (catolicidade) da Igreja:

- ao guardar-se a unidade e a comunhão no Espírito;
- ao manter-se fiel à Palavra e à prática de Jesus de Nazaré (santidade);
- ao submeter-se, em atitude de humilde obediência, à supervisão (*episcopé*) de Deus sobre si mesma e sobre o mundo de que ela mesma é parte integrante (apostolicidade).

O dom da unidade e da comunhão

Várias qualidades lembradas nas epístolas pastorais estão claramente em função disto: governo e cuidado da própria casa, sobriedade, bom senso, simplicidade, hospitalidade, acolhimento, compreensão, capacidade de promover a paz, desinteresse, humildade, ausência de sentimento de presunção.

O bispo não está chamado a impor à Igreja seus próprios pontos de vista ou suas peculiares maneiras de sentir. Sua missão é expressar o consenso da Igreja e, ao mesmo tempo, ajudá-la a elaborar esse mesmo consenso segundo a fé, ajudá-la a abrir-se e deixar-se interpelar por novos sinais de Deus na comunidade e na história. Assim, fazem-no os Apóstolos, inclusive guiando a Igreja a superar pontos de vista limitados e visões estreitas, como vemos no belíssimo episódio dos Atos dos Apóstolos (cap. 11), quando a Igreja se sente com autoridade para interpelar a Pedro para que justifique seu modo de agir em relação aos gentios e este, por seu lado, pacientemente, leva a comunidade a alargar visão sobre a missão evangélica. O ministério episcopal é serviço de escuta e de diálogo permanente, e ser irmão entre iramos, pastor de pastores, é articular a comunhão de toda a Igreja enquanto presidente do colégio dos presbíteros. Como dizia Cipriano de Cartago: "Nada fazer sem o conselho dos presbíteros e sem o consenso do povo".

Nada mais distante da capacidade de ser bispo que sentimentos de auto-complacência, afirmação de si mesmo, fixação nos próprios projetos pessoais, incapacidade de reunir e de promover a concórdia e a paz. Quem se deixa mover pela soberba no ministério, diz-nos a primeira epístola a Timóteo, corre o risco de cair nos laços do diabo, isto é, corre o perigo de provocar a divisão – diabo significa "o-que-divide" – e, assim, expor a Igreja de Deus ao descrédito.

O dom da Palavra

Outras aptidões lembradas pelas epístolas pastorais dizem respeito ao exercício do ministério da Palavra. O bispo deve ser "competente em ensinar", "fiel na exposição da Palavra, seja capaz de ensinar a sã doutrina, como também de refutar os que a contradizem"(Tt 1,9)

Por isso, Timóteo é exortado a permanecer fiel às Sagradas Escrituras, pois "elas têm poder de comunicar a sabedoria que conduz à salvação pela fé em Cristo Jesus. Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para instruir, para refutar, para corrigir, para educar na justiça, a fim de que quem é Deus seja perfeito, qualificado para toda boa obra".

Na Igreja antiga, uma das qualidades que mais se esperava do bispo é a frequência constantes das Escrituras, seu estudo assíduo, para ser capaz de abri-la ao povo e deixar-se transformar por elas. Ele não tem de ser necessariamente especialista em Teologia, mas tem de ser dotado de senso teologal (instinto das coisas e dos critérios de Deus) e de discernimento teológico. E isso adquire pela prática constante da oração que é abertura ao Espírito, pois este perscruta as profundezas de Deus e, pela meditação das Escrituras, as revela.

Sim, porque na pregação não se trata de eloquência de palavra, como se fora mela palavra humana, mas de proclamação da Palavra de Deus, cheia do poder do Espírito Santo, como nos diz Paulo em 1Ts 1,4-10. E o poder do Espírito se mostra na capacidade que tem a Palavra de transformar a vida do pregador e, assim, interpelar as outras pessoas a se transformarem, rompendo sua vinculação a critérios idolátricos de afirmação de si mesmo e passando a servir o Deus vivo e verdadeiro pelo amor. E os sinais mais evidentes dessa ruptura são a vitória sobre a própria vontade de poder e sobre a ambição do dinheiro (1Tm 6,10), as duas grandes tentações destruidoras da comunidade. Jesus sintetiza isso de maneira lapidar no Evangelho, quando indica que a imagem (ídolo) de César (poder) está gravada na moeda (dinheiro).

As epístolas insistem em que o bispo não apenas pregue por palavras, mas seus costumes sejam de alguém transformado pela Palavra, seja ele mesmo Palavra viva no meio de seu rebanho. "Irrepreensível, justo, piedoso, disciplinado". Seja "modelo do rebanho"(1Pd 5,3), sóbrio, livre de qualquer sentimento de ganância, e nunca se comportando "como senhor daqueles que lhe couberam por sorte" (1Pd 5,3).

Daí porque desde a Igreja antiga o bispo é tratado como "pai em Deus". Aquele cuja casa está aberta a todas as pessoas, sempre pronto a acolher órfãos e viúvas, peregrinos, estrangeiros e perseguidos. Ele é a intrépida garantia de que a Igreja é nova casa de Deus, lugar de recuperação de cidadania para quem não tem lugar neste mundo, como nos ensina a bonita meditação que é a Primeira Epístola de Pedro. Pelo cuidado dos pobres, o bispo é chamado a ser testemunha viva do carinho paternal de Deus na Igreja e no mundo. Hoje, diríamos, ele é garantia de que a Igreja nunca se reduzirá a simples confraria para manter interesses corporativos, nem a espaço cultual de mera exaltação religiosa, mas permanecerá sempre como casa aberta às pessoas desprezadas e excluídas, aos enfermos, aos humilhados, aos de má fama, aos sem-teto, aos sem-terra, a todas as pessoas que padecem opressão e angústia de qualquer espécie.

Esse é o sentido de o ministério de diácono estar íntima e diretamente vinculado ao bispo. Pois o diaconato é, antes de tudo, serviço para levar o consolo e a solidariedade da Igreja aos pobres e para trazer as necessidades dos pobres para dentro da Igreja. As próprias tarefas litúrgicas do diácono refletem essa função. Por exemplo, o diácono se encarrega das intercessões e das litanias e é ele quem despede a comunidade para que volte ao dia-a-dia no mundo. Hoje diríamos, o diácono é ministério que estabelece o elo de ligação entre a comunidade da Igreja e o mundo dos pobres e seus movimentos e organizações, é ponte entre a Igreja e o Movimento Popular. E esse ministério está diretamente ligado ao bispo.

Nada mais distante do carisma episcopal que estar afastado do mundo dos pobres e das pessoas que padecem opressão ou angústia sob quaisquer poderes e seus mecanismos. Nada mais distante que o temor de perder a amizade ou o agrado dos senhores do mundo.

Conclusão

Sempre que estivermos chamados(as) a escolher alguém para o ministério de bispo em nossa Igreja, sejamos obedientes e dóceis à voz das Escrituras, pois estas nos declaram, com autoridade incontestável de testemunho da Palavra de Deus, quais os critérios pelos quais devemos deixar-nos guiar. Episcopado é centro de irradiação da unidade da Igreja, é elo de comunhão entre todas as Igrejas, é serviço humilde e fiel à Palavra da boa-nova do Evangelho para todas as pessoas, e, particularmente, para aquelas que vivem sob o peso da angústia e da opressão, má notícia com que o mundo as atormenta cada dia.

Deus nos ilumine, ponha em nossas mãos a sua lâmpada, para que, na oração e na lucidez do Espírito Santo, não sejamos traidores(as) do Evangelho, mas sejamos capazes de encontrar alguém que, embora pecador como nós, seja suficientemente humilde a ponto de não ser para si mesmo, mas apto a pôr em seus ombros o NÓS que caracteriza a Igreja, "para que se constitua a unidade a partir da pluralidade". Que seja alguém como Jesus, capaz de dar a própria vida por seu povo, como nos propõe a 1Pd 2,21-25. Seja como Jesus, experimentado na dor e na fraqueza, sem sentimentos de suficiência ou de superioridade, capaz de escutar a voz do Mestre que lhe diz, como disse um dia a Pedro, ao predizer sua vergonhosa traição naquela noite terrível: "Quando você voltar dessa experiência (de enfermidade) confirme os irmãos"(Lc 22,32). Porque o Evangelho é assim: força na fraqueza, sabedoria na loucura da cruz, confirmação de irmãos a partir da experiência da própria enfermidade.